SEGURO RURAL

É PRECISO REDUZIR O PRÊMIO PAGO PELO PRODUTOR

JORGE EDUARDO DE SOUZA
Coordenador da Cátedra do Agronegócio da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP)

EM 2018, a ANSP criou a Cátedra do Agronegócio com o objetivo de promover o desenvolvimento do mercado de seguro rural, o qual possui grande potencial para crescimento.

Em 6 de novembro de 2018, foi realizada a primeira reunião sobre o tema, que contou com a presença de importantes instituições do setor, dentre as quais: a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); a própria ANSP; a Associação Mato-grossense do Algodão (AMPA); a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV); a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ); a Fairfax; a MAPFRE; o Movimento Pró-Logística (MPL); o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES); e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Os principais pontos captados nas discussões ocorridas nessa reunião serão discutidos neste artigo.

IMPORTÂNCIA DO PRODUTOR

De imediato, o diagnóstico identificou dois pontos cruciais: o primeiro relativo à importância do seguro das safras contra riscos climáticos e de pragas; e o segundo, à vulnerabilidade crescente do elo representado pelos produtores na cadeia produtiva.

Quando o produtor perde, deixam automaticamente de ganhar os fornecedores de insumos e serviços, os financiadores da produção, os operadores de logística, as *tradings*, a indústria (de alimentos, calçados, vestuário, papel, energia etc.), o varejo, as mídias, o governo, os consumidores, e a lista prossegue.

As frustrações das colheitas acarretam prejuízos para todos os elos, indistintamente. Se não garante a produção, o seguro climático e de pragas pode oferecer recursos para reduzir as perdas registradas na cadeia.

MENOR CUSTO DO PRÊMIO

O pagamento de um prêmio (valor pago à seguradora para obter a cobertura contratada) elevado é visto como a maior dificuldade para a expansão das operações de seguro rural. A relação custo-benefício não compensa. Pior ainda é o fato de o prêmio ser bancado apenas pelo elo da produção agrícola, dentro da cadeia. É preciso mudar esse modelo, de modo a torná-lo mais barato, com o seu patrocínio sendo diluído por todos os beneficiados da cadeia produtiva.

Pelo conceito de mutualismo que rege os seguros, todos os grupos pagam pelas perdas de alguns. Quanto mais perdedores existirem nos grupos, mais caro o seguro. Ou seja, o preço é consequência da qualidade do mútuo (os segurados). À medida que os mútuos qualificados contribuam para melhorar o preço do seguro, aumenta a atração de segurados com probabilidade mais baixa de sofrerem perda e, consequentemente, acionarem a seguradora.

Na hipótese de o seguro da safra de um grupo de produtores de determinada região ser contratado de forma coletiva, o preço do prêmio pago tende a atingir níveis bem menores do que os dos seguros individualizados. Simulações indicam que a taxa de 10% dos seguros individuais pode cair para 1% quando o seguro é realizado em grupo. Com isso, teríamos uma agricultura mais previsível e confiável em termos de renda, o que poderia nos transformar no destino preferido dos melhores e mais atrativos créditos globais.

Como, atualmente, situações de diferentes níveis de risco são precificadas de forma igual, o modelo tarifário vigente gera preços elevados, que só atraem os casos de risco de perda mais elevado.

RISCO BOM E RISCO RUIM

Assim sendo, o preço maior do seguro espanta o "risco bom" (casos com probabilidade mais baixa de perda) e atrai o "risco ruim" (casos de alto risco de perda). É preciso inverter esse ciclo. As reputações securitárias de ambos os lados – segurados e seguradoras – orientarão esse ritmo. Segurados de boa reputação conhecem, avaliam e monitoram com propriedade seus riscos. Por isso, são os mais cortejados pelas seguradoras do mercado. Em contrapartida, segurados preferirão as seguradoras mais inovadoras, sólidas e eficazes em produtos e nas liquidações.

Quanto à diluição do custo entre os elos da cadeia, o Governo, grande beneficiado pela produção maior do agro, faz a sua parte com o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Mas, ele encontra dificuldades orçamentárias para atingir níveis de recursos adequados dada a demanda existente.

Em termos de eficácia da política agrícola, o gasto público com subsídios no seguro, em geral, supera o gasto com crédito de custeio e investimento. O produtor de boa reputação, gestor de lavouras amplas e qualificadas, com apólices eficazes, terá facilidades

SHUTTERSTOCK



crescentes de se capitalizar pelos títulos creditórios do agronegócio: Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Cédula de Produto Rural (CPR) etc.

O crédito público ou privado alocado terá retorno assegurado pelo seguro mesmo com a safra prejudicada pelos riscos garantidos. Desta forma, pouco ou nada do crédito será aplicado na prorrogação de dívidas.

BENEFÍCIOS GENERALIZADOS

Com a redução do valor do prêmio e o aumento da base de segurados, as *tradings* também podem ser mais generosas na antecipação de créditos para entrega futura da produção, para benefícios dos produtores garantidos por apólice com cláusulas beneficiárias em favor dessas *tradings*. Os fornecedores de sementes, por exemplo, podem vender seu produto com garantia securitária de produtividade para cada perfil combinado (cliente/produto/região). Isso também vale para outros insumos. Existem outras possibilidades a ser incorporadas.

A amplitude de proteção dos seguros pode trazer benefícios para a produção e as conquistas do agro. Os casos de produtores que perdem suas instalações e sua produção armazenada por algum evento negativo são de baixa frequência. A falta desse seguro pode destruir as conquistas de gerações de famílias.

O instrumento de franquias (parcela não garantida pelo seguro) permite cobrir as perdas impossíveis de serem suportadas pelos produtores em caso de catástrofes. O seguro pode, ainda, cobrir outros tipos de risco de forma específica (logístico, de crédito, de patrimônio, de equipamentos, máquinas e benfeitorias, de previdência, de saúde etc.). ■

Mais informações: www.anspnet.org.br

CÁTEDRA DO AGRONEGÓCIO

Instituição composta por profissionais da área de seguros, a ANSP é organizada em cátedras. Cada uma delas é responsável por um tema específico da atividade seguro, com trabalhos desenvolvidos e orientados para o progresso desse ramo no Brasil.

Em abril de 2018, a ANSP criou a Cátedra do Agronegócio tendo em vista que reside nesse ambiente econômico um grande potencial para ampliar o volume de prêmios do mercado brasileiro de seguros.

É preciso estreitar os relacionamentos com os consumidores de seguros da cadeia do agro para entender melhor suas reais necessidades e suas percepções sobre produtos securitários possíveis para seus mercados.

Na primeira reunião convocatória da ANSP, esteve presente um público qualificado e bem representativo do agronegócio e do mercado segurador. Todos tiveram espaço livre para se manifestar e pontuar as suas impressões sobre a importância dos seguros para o agro. Foram captados alguns fatores limitantes para a consolidação dos seguros nesse ambiente econômico. Os resultados dessas opiniões formaram um conjunto de temas agrupados por características comuns (política, produto, processo, marco regulatório etc.) que será trabalhado no decorrer deste ano.

Faz parte do plano de trabalho, ainda em fase de formatação, a construção de parcerias para fazer do seguro uma realidade no agronegócio. Nessa linha, está sendo estruturado um primeiro evento para a primeira quinzena de abril.